

PLANO DE ENFRENTAMENTO IMEDIATO NOS ASPECTOS SÓCIOECONÔMICO À PANDEMIA DA COVID-19 NO ESPÍRITO SANTO





O PT SEMPRE AO LADO DO POVO

O **Partido dos Trabalhadores do Espírito Santo** sempre estará ao lado do povo e, diante do abandono do Governo Bolsonaro e da necessidade de combater o aprofundamento da pobreza, a luta pela preservação da vida, da saúde, do emprego, e do apoio incondicional à população mais vulnerável do nosso Estado, propomos um **PLANO DE ENFRENTAMENTO IMEDIATO NOS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS À PANDEMIA DA COVID 19 NO ESPÍRITO SANTO**.

PT EM DEFESA DA RENDA BÁSICA

A proposta do Partido dos Trabalhadores do Espírito Santo apresenta questões emergenciais, de uma sociedade que precisará voltar a se organizar, diante de uma nova economia onde será preciso priorizar novas relações de consumo e de arranjos produtivos com inclusão do povo em sua centralidade, valorizando princípios baseados na cooperação e na solidariedade, na circulação da riqueza local (e não em sua concentração) como forma de enfrentamento às desigualdades.

Enquanto o mundo inteiro adota medidas que protegem a vida e asseguram emprego e renda, a política de Bolsonaro asfixia governadores e prefeitos, promovendo um estado de caos, humilhação social e ignora o sofrimento da população.

É aqui no Espírito Santo dentro dos municípios – em nossas cidades – que as pessoas estão sentindo o reflexo do abandono, do impacto de cortes de verbas, especialmente nas áreas da saúde, assistência social, educação e de proteção da renda dos trabalhadores/as formais e informais.



PT EM DEFESA DA VIDA



No início de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde – OMS – declarou como pandemia o estado de contaminação pelo novo Coronavírus, dada a rápida disseminação geográfica apresentada pelo vírus causador da COVID-19 em um período de tempo muito curto.

Além de uma crise sanitária com o novo Coronavírus, temos assistido a uma crise econômica e social sem precedentes na história recente do Brasil.

Uma das estratégias mais eficazes para controlar a disseminação do vírus, e até então adotada na maioria dos países atingidos, é o da quarentena ou isolamento social – com fechamento do comércio e serviços tidos como não essenciais; a adoção do home-office; entre inúmeras outras medidas objetivando reduzir a circulação de pessoas nas cidades e, por consequência, a possibilidade de aceleração na transmissão do vírus.

Tal iniciativa, tem por objetivo principal desacelerar o processo de disseminação do vírus contribuir com a redução da demanda por leitos hospitalares, uma vez que com um maior número de infectados tem-se também um incremento dos casos que evoluem para internações hospitalares, pressionando fortemente os sistemas de saúde, para além da capacidade instalada e já ampliada.

A estratégia do isolamento social tem se mostrado eficaz, uma vez que inúmeros estudos e pesquisas encontram-se em andamento e ainda não se tem vacina para o combate ao novo vírus, bem como remédios identificados como eficazes no tratamento dos doentes da Covid-19.

No entanto, medidas como a do isolamento social, ainda que eficazes para controlar a disseminação do vírus, repercutem diretamente na atividade econômica em virtude da interrupção da produção, de serviços e do consumo, que por sua vez aprofundam a situação de desemprego e atingem as atividades e a renda dos trabalhadores do setor informal, autônomos, micro e pequenos empreendedores, entre outros.

A atuação conjunta e articulada da sociedade e do Estado torna-se imprescindível para enfrentar a crise atual – sanitária e econômica, como forma de abrandar seus efeitos na vida dos trabalhadores/trabalhadoras e de segmentos sociais menos favorecidos, bem como construir as condições para a retomada da economia com mais inclusão e justiça social, no menor espaço de tempo possível, já que a crise, conforme projeções em diversos estudos, se coloca num horizonte de tempo mais prolongado.



BOLSONARO ABANDONOU O POVO E O SEU GOVERNO É PARTE DA CRISE SANITÁRIA, ECONÔMICA E SOCIAL; O POVO CAPIXABA NÃO PODE FICAR REFÉM DO OPRESSOR ; NOSSA PROPOSTA É PARA LUTAR CONTRA AS DESIGUALDADES E POR DIREITOS DAS POPULAÇÕES MAIS VULNERÁVEIS.

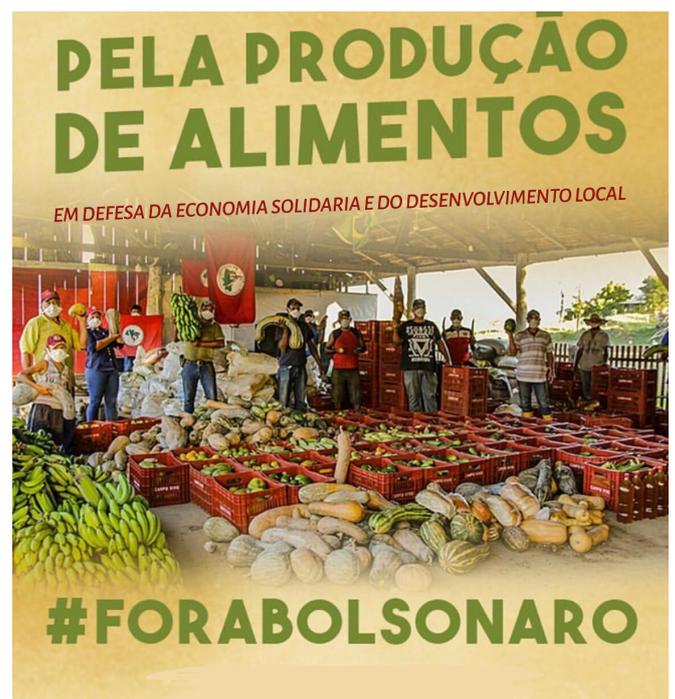
JACKELINE ROCHA
PRESIDENTE - PT ESPÍRITO SANTO





ASSISTÊNCIA SOCIAL, CIDADANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

- Ampliar a política de transferência de renda para assegurar a sobrevivência das famílias, trabalhadores informais, precarizados e microempreendedores, uma vez que esta política pública possibilita a movimentação da economia local, além de fortalecer a autonomia das famílias e otimizar o uso do recurso na escolha dos alimentos - acreditamos que as famílias fazem as melhores escolhas dos alimentos a serem consumidos e ainda podem movimentar o comércio local.
- Direcionar os recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza - Funcop, prioritariamente, para programa de renda básica beneficiando as famílias em situações de pobreza e extrema pobreza, aportando, se necessário, recursos adicionais no Fundo.
- Adotar a distribuição de cestas básicas apenas em situações contingentes, mantendo o seu caráter de um benefício eventual, e que se priorize a ampliação de programas de transferência de renda.
- Debater com os municípios medidas visando a manutenção dos serviços da assistência social abertos e funcionando, em especial CRAS e CREAS, para atender as pessoas que precisam fazer cadastros e acessar os benefícios. Os auxílios precisam chegar às pessoas que não estão podendo trabalhar, àquelas que precisam continuar trabalhando e, portanto, enfrentando o risco da contaminação, e a quem teve queda na renda. Neste sentido a atuação do CRAS é fundamental, como também dos CREAS que atendem situações de violência, e se ela se evidencia crescente neste contexto de isolamento social, é importante que o equipamento esteja aberto. Tudo isto sem negligenciar as segurança e saúde dos profissionais que neles atuam.
- Articular com os Governadores da Região Sudeste para negociar com o Governo Federal a revogação da Portaria N° 2.362, de 12 de dezembro de 2019, do Ministério da Cidadania, tendo em vista sua finalidade de adequação à Emenda Constitucional no 95/16, quanto ao congelamento e conseqüente redução progressiva dos recursos orçamentários e financeiros para a assistência social. A referida Portaria contingencia recursos que financiam a assistência social nos municípios comprometendo assim, entre outros, a capacidade dos CRAS e CREAS no enfrentamento ao novo Coronavírus;
- Apoiar, inclusive financeiramente, os municípios nas ações de atendimento à população de rua - para implantação de abrigos, oferta de alimentação e de itens de higiene. Agilizar a formalização do pacto junto aos municípios da Região Metropolitana, para atendimento à população de rua, com a construção de novo cronograma.
- Apoiar a implantação de equipamentos de segurança alimentar e nutricional nos municípios, tais como banco de alimentos, restaurantes populares, cozinhas comunitárias, cooperativas de cozinheiras e, em particular, a retomada pela Prefeitura Municipal de Vitória, do funcionamento do Restaurante Popular, atuando neste período de crise de forma adequada às orientações das autoridades sanitárias e, sobretudo, na pós-pandemia em que a situação de pobreza das famílias e indivíduos deve persistir e até mesmo se agravar.
- Ampliar programas como o de Aquisição de Alimentos - PAA, Compra Direta de Alimentos - CDA, Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, na relação com os municípios, com recursos próprios, considerando o impacto significativo destes.



FORTALECIMENTO DA ECONOMIA LOCAL, APOIO AO MICRO E PEQUENO EMPREENDEDOR E ÀS INICIATIVAS VINCULADAS A ECONOMIA SOLIDÁRIA

- Não atrasar a folha de pagamento dos servidores públicos estaduais.
- Manter o cronograma de pagamento, sem corte, das bolsas de graduação e bolsas de especialização, mestrado e doutorado;
- Implementar programa em obras públicas e serviços com recursos oriundos de financiamento, como o do Programa Águas e Paisagens, Projeto Segurança Cidadã - BID;
- Debater com as prefeituras e apoiar com recursos financeiros ações e programas que visem a geração de trabalho e renda. Estas ações e programas podem estar voltados para:
 - - a melhoria da mobilidade e lazer nas cidades, reformas de praças, com prioridade para os espaços de convivência de crianças, jovens e idosos;
 - - a construção de calçadas, reformas e melhorias de habitações em bairros populares, construção de banheiros, com especial atenção para a melhoria das condições de habitabilidade;
- Viabilizar a liberação de emendas parlamentares à Lei Orçamentária 2020 destinadas às áreas da Saúde e Assistência Social;
- Manter os contratos dos trabalhadores admitidos em caráter temporário das áreas da educação e de outras pastas;
- Exigir das empresas, beneficiadas por isenção, prorrogação de prazo de manutenção dos empregos com base nas informações do CAGED, em 01/03/2020. Caso o trabalhador demitido continue desempregado, a empresa deverá recontratá-lo para receber os benefícios fiscais e tributários.
- Implantar o Observatório do Trabalho.
- Instituir o Comitê de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável, com representantes de órgãos e instituições públicas (órgãos do Governo do Estado, Amunes, BANDES, BANESTES, UFES, IFES, etc) e de organizações da sociedade civil (centrais sindicais, entidades federativas de associações de moradores e movimentos populares, do CREA, CAU, FEPS-ES, etc.), para a proposição e acompanhamento de programas e projetos de fomentos do desenvolvimento local e de geração de trabalho e renda.



ENFRENTAR A PANDEMIA, A POBREZA E SUPERAR DESIGUALDES

RENDA BÁSICA COM ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO

- Criar Programa de Desenvolvimento Local e de Fortalecimento da Economia Solidária, a ser acompanhando pelo Comitê supra mencionado, prevendo:
- Apoio às ações de produção e comercialização de produtos e serviços, por meio de agentes de desenvolvimento local;
- Apoio às micro e pequenas empresas, empreendimentos de trabalhadores de economia solidária e trabalhadores informais;
- Microcrédito Produtivo Orientado - MCPO;
- Assistência técnica aos pequenos empreendimentos locais da economia solidária - por meio da UFES, dos Institutos Federais e das escolas técnicas estaduais com vistas ao desenvolvimento de produtos e serviços.
- Aquisição de bens e serviços com recursos do Tesouro Estadual, visando custear a criação e fortalecimento de empreendimentos de baixo conteúdo tecnológico, cujos membros encontrem-se em situação de vulnerabilidade social;



SÃO OS GOVERNADORES QUE ESTÃO ENFRENTANDO O CORONAVÍRUS E QUE ESTÃO DANDO GUARIDA À POPULAÇÃO E MANTENDO O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DE PÉ, ATENDENDO O POVO

GLEISI HOFFMAN
PRESIDENTE - PT



“

NO MUNDO QUE EU ESPERO DEPOIS DA TRAGÉDIA DO CORONAVÍRUS,
O COLETIVO HAVERÁ DE TRIUNFAR SOBRE O INDIVIDUAL,
A SOLIDARIEDADE E A GENEROSIDADE TRIUNFARÃO SOBRE O LUCRO.

”

LUÍZ INACIO LULA DA SILVA

Foto: facebook/mst Reprodução da Internet

NÚCLEO DE ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO
PARTIDO DOS TRABALHADORES - ESPÍRITO SANTO

★ ALEXANDRE PASSOS - ANA PETRONETO - ELIÉZER TAVARES - GENIVALDO LIEVORI - KLEBER FRIZZERA ★

★ LUIZ FERNANDO - MARINELY MAGALHÃES - OTNIEL BARCELOS - RUTH REIS. ★

★ JACKELINE ROCHA ★

